

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Rita de Cássia Rocha

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
marlete.melo.067@ufrn.edu.br

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
maria.santos@ifrn.edu.br

Lenina Lopes Soares Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
lenina.lopes@ifrn.edu.br

RESUMO: O presente artigo resulta de estudos teóricos no processo de doutoramento no currículo do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Discute-se, nesse manuscrito, a relação globalização e educação com base nas transformações que vem ocorrendo na sociedade capitalista, de forma que, estabelecendo as conexões diante da função do Estado como agente de políticas públicas, possamos compreender o processo de internacionalização da educação e nele, a concepção das políticas públicas educacionais, com ênfase na educação profissional nas mais diversas áreas do conhecimento. A literatura consultada fundamenta-se em estudiosos que discutem a relação trabalho e educação no contexto da sociedade capitalista, à luz do referencial marxista. A argumentação assinala como o processo de globalização da economia influenciou na internacionalização da educação, transformando-a em serviço com fins mercadológicos. A educação como mediação de um saber emancipador que prepara os homens e mulheres – sujeitos jovens e adultos – como partícipes de sua história é preterido por uma formação subordinada aos ditames da sociedade do capital.

Palavras-chave Estado; Educação; Políticas Públicas; Internacionalização.

THE INTERNATIONALIZATION OF EDUCATION IN AN ANALYSIS OF PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES WITH AN EMPHASIS ON TRAINING FOR WORK IN DIFFERENT AREAS OF KNOWLEDGE

ABSTRACT: This article is the result of theoretical studies in the PhD process in the curriculum of the Graduate Program in Professional Education of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte. This manuscript discusses the relationship between globalization and education based on the transformations that have been occurring in capitalist society, so that, by establishing connections with the role of the State as an agent of public policies, we can understand the process of internationalization of education and in it, the conception of educational public policies, with emphasis on professional education. The literature consulted is based on scholars who discuss the relationship between work and education in the context of capitalist society, in the light of the Marxist framework. The argument points out how the process of globalization of the economy influenced the

internationalization of education, transforming it into a service for marketing purposes. Education as a mediation of an emancipatory knowledge that prepares men and women – young and adult subjects – as participants in their history is neglected by an education subordinated to the dictates of the society of capital.

Keywords: State; Public Policies; Education; Internationalization.

1 INTRODUÇÃO

Discute-se, nesse manuscrito, a relação globalização e educação com base nas transformações que vem ocorrendo na sociedade capitalista, de forma que, estabelecendo as conexões diante da função do Estado como agente de políticas públicas, possamos compreender o processo de internacionalização da educação e nele, a concepção das políticas públicas educacionais, com ênfase na educação profissional nas mais diversas áreas do conhecimento.

O texto encontra-se organizado em 4 partes, antecedida por essa introdução. Na sequência, apresentamos a fundamentação teórica e metodológica, os resultados e a discussão acerca da internacionalização da educação, inicialmente situando o campo investigativo e, em seguida, procurando compreender como apresenta-se a discussão acerca da internacionalização da educação na interface com a formação para o trabalho, buscando identificar e compreender quais são as influências que esse processo exerce na elaboração das políticas públicas. Por fim, tecemos as considerações finais.

.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental e resulta de estudos teóricos desenvolvidos no processo de doutoramento na Linha de Pesquisa - Política e Práxis na Educação Profissional – pertencente ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Procuramos fundamentar a discussão com base em uma literatura construída por pesquisadores e estudiosos que tratam da relação trabalho e educação no contexto da sociedade capitalista, à luz do referencial marxista, por entender que as políticas públicas educacionais são inerentes às questões sociais, de tal forma, que sua análise não pode se dar isolada do processo histórico.

Para a sua elaboração contamos com as contribuições dos estudos de Dale (2003); Ball e Mainardes (2011); Frigoto e Ciavatta (2003); Leher (1998); Libâneo, (2014), Morosini (2006, 2017), Pereira et. al. (2016), Saviani (2013), Shiroma (2015; 2020) entre outros. Consulta-se os resultados

da pesquisa realizada, em 2018, pela Associação Europeia de Educação Internacional (EAIE¹), com 2317 instituições, ao abordar experiências de internacionalização no âmbito educacional, bem como, os documentos (relatórios técnicos, recomendações, declarações etc.) elaborados pelas Agências Multilaterais para os países emergentes, os quais resultam da realização de pesquisas, fóruns, conferências, acordos, protocolos, entre outros e verifica-se os documentos relacionados a política pública de educação do Estado Brasileiro.

Parafraseando Souza (2006), afirmamos que política pública pode ser definida como um conjunto de ações assumidas por um governo para alcançar um objetivo em relação a um problema de conflito social. Assim, no contexto brasileiro, tomando como fundamento a Constituição Federal do Brasil de 1988, afirmamos que a política pública é a expressão da intervenção estatal (do Estado-nação) em resposta às demandas sociais que se legitimaram e foram afirmadas como direitos; por exemplo, a educação, conforme assegura o art. 205, da CF/1988:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Parafraseamos Azevedo (2001), ao afirmar que as políticas públicas representam a materialidade da intervenção do Estado, ao explicitar a função do Estado relacionada à ação de formular, regular e cancelar, como direcionamentos que possibilitam a ação governamental.

Nesse sentido, o “Estado é um dos principais lugares da política e um dos principais atores políticos”. Sendo a política, um espaço de embate de forças, e também, uma declaração, ou, uma decisão “sobre como fazer as coisas no sentido de ter uma política” (BALL & Mainardes *et al.*, 2011, p.14). Continuando, os autores assinalam,

a política pode estar relacionada à organização das práticas e à relação que elas têm com alguns princípios. Elas não são, no entanto, fixas e imutáveis e podem ser sujeitas a interpretações e traduções e compreendidas como respostas a problemas da prática. As políticas estão sempre em algum tipo de fluxo, no processo de se tornarem algo mais. Esse é, fundamentalmente, o caso atual da educação, que flui ao lado da política.

Diante das afirmações dos autores supracitados, nesta argumentação, destacamos o contexto em que se insere a década de 1990, em especial, a mundialização do capital pelo viés da globalização, inspirados nas ideias neoliberais. Nele situamos a realidade dos Estados nacionais na América Latina,

¹ Disponível em < [file:///C:/Users/1673381/Downloads/2018-EAIE-Annual-Report%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/1673381/Downloads/2018-EAIE-Annual-Report%20(1).pdf) > Acesso em 23 de dezembro de 2023.

o caso do Brasil, e os nexos com o processo de internacionalização da educação e sua influência nas políticas públicas educacionais com ênfase na formação para o trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa bibliográfica acerca da internacionalização da educação é relevante para a investigação e análise das políticas públicas educacionais com ênfase na formação para o trabalho. As discussões que serão apresentadas a seguir constataam que as determinações políticas que materializam o processo de internacionalização da educação estão lastreadas no processo de globalização e reestruturação produtiva do capital, interesses da sociabilidade capitalista.

São propósitos políticos revelados através da atuação intelectual e financeira dos Órgãos Multilaterais que representam o capital, e devidamente, admitidos pelos países emergentes como estratégias voltadas ao desenvolvimento, seja ele econômico, humanista, pragmático e/ou tecnicista; um ideal de qualidade – relevância, eficiência e eficácia.

A compreensão do processo de internacionalização é relevante para os estudos no campo das políticas públicas, pois a relação globalização e internacionalização demarca a atuação do Estado-nação, como Dale (2003, p. 90) sugere, "*globalization does represent a new and distinct shift in the relationship between state and supranational forces and [...] it has affected education, profoundly and in a range of ways*"². A esse respeito, e de acordo com Libâneo (2014), a influência dos órgãos multilaterais sobre as políticas educacionais no Brasil a partir da década de 1990 foi bastante significativa em sua concepção, operacionalização e financiamento, sendo o Banco Mundial, um dos principais protagonistas. Ou seja, a internacionalização da educação não é simplesmente um adendo às políticas públicas educacionais, ela, de acordo com os estudos referenciados se constitui como fundamento para as práticas de planejamento e de elaboração de políticas educacionais na conjuntura globalizada e pautada pelos princípios do neoliberalismo, conforme explicitamos a seguir.

² Sugestão de tradução: “a globalização representa uma mudança nova e distinta na relação entre as forças estatais e supranacionais e [...] afetou a educação, profundamente e de várias maneiras”. Aprofundar em <<https://www.scielo.br/j/es/a/bJbCJS5DvngSvwz9hngDXK/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 20 de março de 2024.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Tanto no cenário nacional quanto internacional, a pesquisa sobre o processo de internacionalização da educação e suas consequências nas políticas públicas tem sido bastante discutida nos últimos anos. A educação envolve na sua complexidade, abarcada pelo processo de globalização, com uma expansão acentuada em seus elementos constitutivos fundamentais e ancorada no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, se volta à internacionalização como solução em busca da qualidade e da relevância (Morosini, 2007, 2017).

As diferentes concepções acerca da internacionalização da educação revelam distintas finalidades e estratégias e, igualmente, se coadunam ao modo como o processo é estruturado em sua relação interdependente entre o Estado-nação, as instituições de ensino e os demais agentes que atuam nas políticas. Na visão de Libâneo (2014, p. 16) o processo de internacionalização inerente ao atual estágio de globalização

refere-se a processos e ações, movidos por organismos internacionais, na forma de planos, programas, diretrizes e procedimentos de execução ligados a políticas econômicas, financeiras, sociais e educacionais, para viabilizar a agenda global das grandes potências mundiais, especialmente nos países emergentes (Libâneo, 2014, p.16),

A educação para além das determinações capitalistas, é assegurada em vários documentos universais, dentre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos³, em seu 26º artigo, como um direito de todos. Acrescenta-se por meio de outras tratativas internacionais, como um bem público, um direito universal, social do cidadão. Sendo o Estado-nação seu provedor.

As reformas educativas, professadas e encaminhadas no contexto do neoliberalismo, iniciam-se, aproximadamente nos anos de 1980, sendo pioneiros os países europeus e os Estados Unidos e em seguida, se expande aos países emergentes, periféricos, com os países da América Latina.

A partir de 1990, a luz do viés neoliberal as diretrizes e normas em relação as políticas educacionais passam a ser conjecturadas e formuladas em consonância as determinações dos Órgãos Multilaterais, sejam eles: Banco Mundial; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras. Essas instituições elaboravam as orientações, tidas como padrões a serem adotados pelas instituições educacionais dos

³ Disponível em < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em 03 de dezembro de 2022.

países adeptos - países periféricos, emergentes ou em desenvolvimento e de alcance e ao encontro, dos interesses do capital mundial. Na concepção de Cabral (2012, p. 23), essas normas e diretrizes traziam mais uma característica, que estava para além dos fins educacionais, espelhavam “um modelo de negócios”.⁴

É consensual diante dos estudiosos referenciados nesse manuscrito, que ideais hegemônicos de globalização se espalham pelo mundo e cujas formas se moldam as determinações materiais presentes no tempo e espaço, ou seja, adaptam-se ao longo dos tempos e interferem, ou mesmo, influenciam, nas mais diferentes áreas da sociedade, com prevalência os interesses prescritos à educação.

Em um dos documentos elaborados pela Unesco, cujo título é “Educação um Tesouro a Descobrir” (Delors, 2003, p.49) identifica-se esses ideais que contrabalançam a ideologia defendida pelos Órgãos Multilaterais com os aspectos da globalização:

[...] a educação deve ajudar a nascer, com um componente ético essencial, e um grande espaço dedicado ao conhecimento das culturas e dos valores espirituais das diferentes civilizações e ao respeito pelos mesmos para contrabalançar uma globalização em que apenas se observam aspectos econômicos ou tecnicistas [...].

Já no relatório Anual de 2022, da Unesco no Brasil, percebe-se que esses ideais são mais detalhados com os aspectos da globalização:

[...] A representação da UNESCO trabalha de forma comprometida com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas cuja principal meta pode ser resumida em um compromisso: “Não deixar ninguém para trás”. As ações e os projetos da Organização têm um olhar especial para as questões relacionadas à inclusão das mulheres na sociedade de forma igualitária e ao combate ao racismo estrutural, bem como a todas as formas de discriminação e em defesa da diversidade.

Essas considerações preliminares e as demais que serão expostas nesse artigo, acentuam o que os estudos e documentos referenciados evidenciam, ao tratar da relação entre Estado, processo de globalização da economia, internacionalização da educação e políticas públicas educacionais, ao asseverarem que trata-se de uma agenda estruturada para a educação, defendida pelas redes políticas globais fortalecidas neste início de século, ordenadas às demandas contemporâneas da ciência e da ordem econômica mundial.

⁴ Aprofundar sobre o Consenso de Washington

Corroborando a proposição de Peña (2006, p. 69) *apud* Pereira *et. al.* (2016, p. 245), assinala que, a agenda da educação está coesa às peculiaridades da “sociedade do conhecimento”, bem como alicerçadas nas tecnologias da informação e comunicação, que também é globalizada, e as indica:

1. A intensidade crescente na produção de conhecimentos;
2. A difusão acelerada do conhecimento das tecnologias e suas redes;
3. A exploração econômica dos conhecimentos mediante a inovação;
4. O crescimento da atividade produtiva de base científica e tecnológica e do capital humano.

Diante o exposto, a ação em rede e articulada é uma realidade dada pelas condições hodiernas; que na visão de Shiroma (2020), não há como agir de forma isolada, uma vez que, as instituições sociais, abarcando os sistemas educacionais, agem e interagem articuladas a outros sistemas e instituições impulsionados por forças maiores, em decorrência do processo de globalização mediatizadas pelo arcabouço das tecnologias.

Nesse sentido, Morosini (2017, p. 2), ao tratar da motivação à internacionalização da educação, acentua que

ela está relacionada à qualidade, à excelência, à inovação, ao conhecimento e a outros diferentes temas, destacando-se, na grande parte das vezes, a contribuição positiva dessa presença. [...] Isso pode ser constatado nas produções dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), assim como em inúmeros artigos e livros de circulação internacional, voltados para as estratégias destinadas ao sucesso da internacionalização. Paralelamente, outros organismos, de caráter mais humanista e de solidariedade com nações não desenvolvidas, também se expressam na defesa à internacionalização da educação, e alguns artigos e livros são publicados.

Nesse processo de globalização, o processo de internacionalização da educação é uma realidade mundial na contemporaneidade, ela expressa a dinâmica econômica, científica, política e cultural ofertada pelos Órgãos Multilaterais, financeiras ou não, como modelo de inovação e desenvolvimento.

As experiências da internacionalização da educação reveladas nos estudos referenciados neste trabalho, informam que elas foram iniciadas, de forma específica, voltadas à educação superior, conexas à ascensão da economia globalizada (Morosini, 2006). Uma das ações que demarcam historicamente este cenário e exprime os interesses à internacionalização da educação foi a realização da conferência da Unesco, em 1998, e a elaboração da Declaração Mundial de Educação Superior. Nesse documento, encontra-se assinalado que

[...] a qualidade requer também que o ensino superior esteja caracterizado por sua dimensão internacional: o intercâmbio de conhecimentos, a criação de sistemas interativos, a mobilidade de professores e estudantes e os projetos de investigação internacionais, ainda

quando se tenha devidamente em conta os valores culturais e as situações nacionais (Unesco, 1998, art.11º, d, p. 8).

Morosini (2006), destaca que no Brasil, essas experiências se deram de forma concomitante às da Europa, ressalta que nesse contexto, foi a criado, em 1988, o Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais, que na atualidade denomina-se Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai)⁵ instituição responsável por assuntos internacionais em mais de 200 instituições de ensino superior brasileiras.

Morosini (2017, p.06), assevera que a produção científica sobre internacionalização no campo da educação é mais presente na educação superior⁶ e que essa, “não tem uma área de conhecimento exclusiva”. A autora ressalta que as maiores incidências, no Brasil, encontram-se no campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais. Os trabalhos apresentam em sua construção níveis conceituais e definições de trabalho para o processo de internacionalização, que se situam no nacional - com a inclusão do setorial e do institucional, onde: a) “entende que o nível nacional/setorial se constitui por meio de políticas, financiamentos, programas e marcos regulatórios” [...]; b) “e o nível institucional é onde ocorre o processo real de internacionalização” (Knight, 2004 *apud* Morosini, 2017, p.06.).

Ao explicitar as temáticas dos estudos, Morosini (2017, p. 07), ressalta as principais dimensões que são contempladas nas pesquisas:

- a) A dimensão institucional, [...], congrega trabalhos que envolvem temas como programas acadêmicos, intercâmbio de estudantes e professores, estudo de idiomas estrangeiros, currículo internacionalizado, processo de ensino e aprendizagem, capacitação intercultural, palestrantes e visitantes internacionais, entre outros. Em termos de produção internacional, os países desenvolvidos registram uma larga predominância de estudos institucionais.
- b) Na dimensão nacional, [...] incluem setores como cultural, ciência, imigração, comércio, emprego e cultura. Envolve ainda programas nacionais ou sub-regionais que promovem ou facilitam a dimensão internacional do Ensino Superior. Podem ser providos por diferentes setores governamentais ou por organizações não governamentais.
- c) Na dimensão setorial, estão arroladas as políticas relacionadas ao propósito, funções, financiamentos e regulação da educação pós-secundária [...] estão incluídos os programas oferecidos pelo e para o setor educacional de forma específica. Esses programas podem ser sustentados por qualquer órgão governamental ou organização pública ou privada.

Tais dimensões, reforçam o entendimento de que o processo de internacionalização não se restringe a um campo e/ou nível específico da educação, tão pouco, limita-se a ela. Ele transcorre

⁵ Ver <https://faubai.org.br/> Acesso em 23 de abril de 2023.

⁶ Os estudos de Morosini (2017) tem como *locus*, em grande parte, as pesquisas no campo da educação superior.

todos os campos e níveis educacionais, faz conexões com os demais setores da sociedade- demandas de responsabilidades do Estado. Ademais, acrescenta a autora, no cerne das discussões quanto à presença do Estado no processo de internacionalização, é perceptível o seu caráter avaliador⁷, dado aos contextos de liberalização da educação e da forte exigência em busca da qualidade total.⁸

Na mesma linha dos estudos de Morosini (2017), temos os estudos de Pereira *et.al* (2016, p.244), que ao reconhecer a diversidade de estratégias voltados à internacionalização da educação, afirma que

a internacionalização da educação envolve a mobilidade não só de pessoas (discente e docente), mas também de circulação de serviços educacionais, treinamentos, áreas de pesquisa estratégica, instalações de instituições fora do país de origem, entre outros.

Diante o exposto, percebemos que os estudos dos pesquisadores supracitados, dialogam entre si e convergem no entendimento de que o processo de internacionalização da educação é amplo e compreende várias ações, não se limitando a educação superior ou, até mesmo, a mobilidade de estudantes e pesquisadores e formas de intercâmbios. Ou seja, são atividades que perpassam todos os elementos constitutivos do sistema educacional.

Nesse sentido, apresentamos a pesquisa realizada, em 2018, pela Associação Europeia de Educação Internacional (Eaie), nela, aborda-se um conceito de internacionalização na educação com base nos estudos de Sandstrom & Hudson (2018) que o denomina de *at home*. Essa denominação procura traduzir as ações voltadas à internacionalização da educação, mediante uma diversidade do panorama dos programas e diretrizes, que compreende as interações entre estudantes (na relação local – internacional), no intercâmbio de professores quanto aos interesses em objetos de pesquisa em nível internacional que propiciem atividades presenciais e aquelas mediadas pelo uso de tecnologias digitais promovidos pelas instituições de ensino superior, bem como, a discussão sobre os currículos.

Ademais, a supracitada pesquisa, também elenca os principais objetivos da internacionalização da educação assinalados pelas instituições europeias. São eles: (a) capacitar os estudantes para o mercado global; (b) melhorar a qualidade da educação; (c) aprimorar a reputação e competitividade da instituição.

⁷ Ver estudos que discutem o Estado neoliberal e a educação no quadro das transformações no limiar do século XXI, que ocorrem, em diferentes países, na regulação das políticas e da ação pública.

⁸ qualidade total no contexto dos ideais neoliberais. persistência níveis de eficiência, eficácia e efetividade, conceitos, definições e indicadores que centram no gerencialismo. Aprofundar em Antunes, 2001.

Verifica-se, pois, diante dos resultados elencados na supracitada pesquisa, que a motivação da internacionalização da educação é reforçada pelas questões humanistas, econômicas, pragmáticas e tecnicistas, inscritas nos princípios da inovação, racionalidade técnica e competitividade.

Ademais, Libâneo (2014) reforça que a internacionalização da educação, encontra-se de tal forma, também expressa nos documentos e acordos internacionais, por exemplo: Relatórios Técnicos do Banco Mundial; Declaração das Conferências e Fóruns Mundiais de Educação de 1990⁹ e 2000¹⁰; nos Relatórios da Unesco, entre outros documentos de alcance internacional. Neles, a motivação, apresenta-se de forma coesa e expõe um discurso científico, humanitário, ideológico – cuja lógica articula as relações entre o enfrentamento à pobreza, ao desenvolvimento humano e econômico, perpassando o avanço no campo da educação. Esse discurso se objetiva em ações e projetos com preocupações sociais, diretamente relacionadas, a saber: a educação universal, ou seja, para todos; as políticas de aprendizagem ao longo da vida articuladas a educação profissional e tecnológica, a qualificação profissional; a inserção de meninas e mulheres nas ciências, nas engenharias e na matemática, a gestão educacional, a qualidade de ensino; ao enfrentamento a pobreza; a vulnerabilidade social; a inclusão social e produtiva, desenvolvimento do empreendedorismo, o avanço a diversidade cultural, entre outras.

Os estudos de Leher (1998), de Frigotto e Ciavatta (2003), de Evangelista e Shiroma (2006), ao discutirem a relação trabalho e educação, esclarecem que os nexos entre o combate à pobreza associado ao processo formativo (educação/escolarização) eram reconhecidos em documentos internacionais das agências multilaterais desde os anos de 1970, época que coincide com as mudanças impelidas pelos ideais e princípios neoliberais e as transformações no regime de acumulação capitalista. E nesse contexto, justifica-se “a necessidade de reformas profundas no aparelho do Estado e nas relações capital/trabalho” (Frigotto & Ciavatta, 2003, p. 95), que, no âmbito educacional, é explicitada como prioritária. Dessa forma, entende-se que o processo de globalização induz a internacionalização das políticas públicas e no caso da educação, esse processo dar-se por diferentes estratégias e instrumentos.

A esse respeito, Ball & Mainardes *et al.* (2011, p. 40), apresentam a expressão “transferência de política”, que também pode ser expresso, por “transferência de conhecimento educacional”

⁹ Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990) Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990.

¹⁰ O Marco de Educação de Dakar - Fórum Mundial da Educação, que aconteceu em abril de 2000 na capital do Senegal, Dakar, é considerado um marco para a educação global. Isso porque lá diversos países reafirmaram e se comprometeram a atingirem seis objetivos da Educação para Todos, proclamados na Conferência de Jomtien.

praticado pelas redes transnacionais de influência (mercado financeiro) aos quais os Estados nacionais e por conseguinte os sistemas educacionais estão subordinados. Nele os Estados Nacionais são orientados a desencadearem formulação e implantação de ações, por vezes reformistas, em todos os elementos constitutivos da esfera educacional. Em geral, as ações que caracterizam os processos de internacionalização da educação, configuram-se em e de acordo com as perspectivas de alinhamento aos padrões do sistema econômico mundial vigente, que pelo discurso da inclusão e democratização, tendem a uma padronização.

Assim, nos anos finais do século XX e no limiar do século XXI, identifica-se um processo de globalização que interfere na educação e se expressa na internacionalização das políticas públicas que são referenciadas por princípios que apregoam os ideais do capital mundial, protagonizados nas ações dos organismos e ou agências multilaterais para países emergentes, notadamente desde os anos de 1980 (Akkari, 2011). Tais agências formulam as recomendações acerca das políticas públicas destinadas aos países emergentes ou em processo de desenvolvimento, acrescentando as formas de regulação dessas políticas em decorrência dos acordos firmados, sejam eles de cooperação entre países.

Os estudos de Algebaile (2009) e Libâneo (2014) refletem sobre o vínculo do processo de internacionalização da educação com a produção das políticas públicas educacionais. Diante das evidências, os autores afirmam que esse processo está concatenado a uma agenda econômica e comprometido com efetivação de programas e projetos voltados à proteção social dos mais pobres; que na visão de Algebaile (2009), seria o enfrentamento as vulnerabilidades (saúde, educação, lazer, assistência, social).

Saviani (2013), reforça esse entendimento ao afirmar em seu estudo que as políticas educacionais que vigoram no Brasil, desde os anos de 1990, traz em seu cerne essa vinculação com a pauta de desenvolvimento econômico (neoliberal) na sociabilidade capitalista e de proteção social, ao citar os Planos Nacionais de Educação, as políticas educacionais dos Governos Fernando Henrique Cardoso (FHC/1999/2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003/2011), Dilma Rousseff (2012/2016), ressaltando que os objetivos e metas, bem como as ações pensadas se coadunam a esse interesse. Para elucidar, o autor destaca algumas das ações que fazem parte do conjunto das políticas educacionais no Brasil, a saber: processos políticos/jurídicos – a formalização das parcerias público-privadas; a instituição do Programa Universidade para Todos, o Plano de Ações Articuladas (PAR); bem como o processo de escolarização se reduz objetivar as aprendizagens observáveis, mediante formulação de padrões de rendimento, com base na pedagogia das competências fundamentada na teoria do Capital

Humano¹¹, como critérios da avaliação em escala, e exemplifica com o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com fins de avaliar competências e habilidades do ensino médio e se tornar ferramenta para verificar a qualidade do Ensino Médio, além de priorizar a formação profissional instrumental, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec).

Destarte, essas políticas, dentre outras, são expressões da convergência entre as disposições políticas que os órgãos multilaterais, internacionais representavam e as ações assumidas pelo Estado Brasileiro. De igual forma, reforça a compreensão de que esses órgãos ligados aos mecanismos do mercado mundial (poder hegemônico) são os principais protagonistas do processo de internacionalização das políticas públicas educacionais, uma vez que, são as responsáveis por representar e garantir a rentabilidade do sistema do capital em suas bases. Esses órgãos agem em conjunto ou de forma isolada, e conseguem realizar conferências, selar acordos, definir protocolos, coordenar encontros e reuniões de alcance global/mundial, dentre outras estratégias que estão no escopo das tratativas do processo de globalização e na efetivação da internacionalização das ações educacionais.

De acordo com Frigotto e Ciavatta (2003, p.96), em nível regional, para materialização dessas estratégias, os estudos evidenciam a criação de múltiplos organismos como “uma espécie de ramificações ou base de apoio para os organismos internacionais”, como exemplo e destaque, citam a experiência da América Latina,

[...] no plano econômico, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e, no plano educacional, como veremos a seguir, a Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC). Num plano mais geral situa-se o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), cujo escopo se situa dentro da doutrina da Organização Mundial do Comércio.

Conforme assinalam Ball e Mainardes (2011), Libâneo (2014) e Morosini (2017), o processo de internacionalização das políticas educacionais encontra-se conexo à disseminação de novos paradigmas e concepções que supostamente ofereceriam suporte e promoveriam eficácia às políticas educacionais.

Cabral (2012) apoiado nos estudos de Anderson (1995), Borón (1995) e Therborn (1995), ao analisar os impactos das políticas neoliberais no contexto da globalização capitalista, acentua que

É evidente que o desenvolvimento de políticas neoliberais criou sociedades mais desiguais, tanto no capitalismo desenvolvido quanto no periférico, mas foi, nesse último, que os efeitos

¹¹ Aprofundar em SCHULTZ, Theodore. O capital humano: investimento em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

foram mais visíveis. As sociedades são mais divididas e mais injustas, e os homens e as mulheres vivem sob renovadas ameaças econômicas, trabalhistas, sociais e ecológicas.

Nessa mesma linha de pensamento, mas destacando as contradições inerentes ao processo, Evangelista e Shiroma (2015), acentuam o combate à pobreza apregoado nos discursos e documentos do sistema econômico internacional – pelos organismos internacionais – veiculado e acordado nas conferências, afirmando que, de certa forma, esse discurso fica comprometido, pois a pobreza a ser vencida é parte constituinte e produção da estrutura do sistema do capital.

Em se tratando das políticas públicas educacionais e, dentro dessa totalidade, aquelas com ênfase na formação profissional, forjadas nessas circunstâncias, podem ser compreendidas como ações de ajustamento dos indivíduos aos ditames do modo de exploração em curso. Isso posto, é possível afirmar, que as políticas públicas educacionais, no processo de internacionalização, vão sendo forjadas dentro de uma lógica de submissão ao critério econômico, que além de direcionar, passa a regular e monitorar essas políticas.

Reforçando o que já foi dito anteriormente, a dinâmica contemporânea no contexto da mundialização do capital impele ao processo de internacionalização da educação apresentando-o como uma alternativa ao movimento global da economia e traduz, ideologicamente, as motivações que o balizam como ações de atualização, inovação, eficiência e modernização. Ao mesmo tempo, manifesta suas contradições, pelas desigualdades que produzem, uma vez que os resultados da modernização tecnológica fortalecem o capital em detrimento da ascensão do trabalhador diante da precarização das relações e formas de trabalho, bem como, do não acesso aos bens culturais produzidos socialmente (Antunes, 2001).

As estratégias para a transformação e/ou reprodução produtiva e para a inserção competitiva nos mercados mundiais não estão dissociadas dos interesses educacionais, principalmente, do processo de escolarização, com ênfase na formação profissional. Na sociabilidade capitalista essas estratégias estão conexas a dois interesses – antagônicos e dialéticos: (i) a produção das qualificações técnica e tecnológica necessárias ao funcionamento da economia, bem como (ii) a formação de grupos que se responsabilizem pela arquitetura dos métodos voltados ao controle político. No entanto, nessa relação, é relevante e de interesse da classe trabalhadora a apropriação do conhecimento.

No que tange a formação dos trabalhadores, as orientações quanto a profissão e a profissionalização, conseqüentemente, ao processo de escolarização estão presentes na agenda das reformas educacionais, e de forma específica, desde os anos de 1970 que se defende a universalização da qualificação profissional. Já, a partir dos anos de 1990, percebemos a ênfase da profissionalização

com base nas competências profissionais, a prescrição das chamadas competências cognitivas e socioemocionais no âmbito da formação e da prática profissional no atual contexto das interações entre educação e o mundo do trabalho.

Diante do que os estudos e documentos acima referenciados evidenciam, percebe-se que a defesa da internacionalização da educação, no processo de globalização vivenciado no contexto da sociabilidade capitalista é concebida como algo indispensável, pois fundamenta-se no ideário desenvolvimentista e econômico. Esse ideário é conjecturado para a Nação, uma vez que, credita-se que pela educação passa o empoderamento das pessoas, a autonomia, a elevação da escolaridade, o desenvolvimento das pesquisas, condicionantes ao desenvolvimento nacional, em todos os sentidos.

No entanto, apesar de reconhecer tal positividade no processo, os pesquisadores não deixam de destacar o tratamento que esse processo recebe do capital mundial ao tratar a educação como serviço e, por conseguinte, uma mercadoria, pois no ordenamento jurídico mundial, nas declarações das conferências, fóruns, reuniões, a educação vem sendo assumida como um “serviço comercial” (Pereira *et.al.* 2016, p. 247), tornando-a objeto de negociação.

Nesse processo, é perceptível destacar que as questões que se referem e se vinculam à educação estão concatenadas com o interesse do grande capital (mercado), e evidenciam que esses processos que intercalam o mercado mundial e a educação justificam-se pela inovação, inclusão, modernização, avaliação desenvolvimento de competências, democratização e exercício de cidadania. No entanto, ao pensar dialeticamente, não podemos deixar de refletir sobre as contradições nele inerentes.

No campo das políticas educacionais, e mais precisamente, na realidade brasileira, apreender essa temática significa contribuir para o debate contemporâneo no cerne da educação, uma vez que a temática, requer uma análise histórica, que contextualize as transformações operadas entre a economia a política brasileira face as exigências de modernização e democratização diante dos interesses neoliberais.

A compreensão dessa realidade é um campo de estudo em processo de aprofundamento. A globalização da economia e sua interferência na educação mediante a internacionalização das ações educacionais é uma realidade no atual estágio da sociabilidade capitalista e força a área educacional a alinhar-se a competitividade, aos imperativos financeiros, ao processo de descentralização, a avaliação em larga escala, ao uso das novas tecnologias.

Essa forma de intervir na educação, com centralidade no mercado educacional, vai de encontro uma perspectiva histórica e crítica que defende uma educação pública de qualidade

socialmente referenciada. E, nesse contexto globalizado, o Estado-nação submerge o seu caráter nacional e soberano, perseguindo e instrumentalizando o equilíbrio fiscal em mundo global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar nesta finalização, destacamos que a análise da internacionalização da educação no contexto da sociedade capitalista não pode ser realizada de forma a-histórica. A análise nos insere na compreensão do seu redimensionamento nos regimes de acumulação capitalista, nos moldes da acumulação flexível.

Assim, a mundialização do capital mediante os processos de financeirização e de globalização da economia exercem influência na internacionalização da educação, e dentro dela, todas as modalidades de ensino e seus elementos constitutivos estão dispostos e sofrem as interferências; essas, conexas ao bojo das transformações que envolvem o trabalho e a vida em sociedade.

A exposição que ora fora realizada, procurou, de certa forma, destacar como apresenta-se as investigações que tratam da compreensão do processo de internacionalização. Eles anunciam que a educação tem sido direcionada para atender as exigências produtivas, mascaradas, com um discurso de enfrentamento a exclusão social, como uma forma de viabilizar a empregabilidade no mercado global. De forma crítica, denunciam o distanciamento para com as reflexões sociais e políticas.

Ademais, as políticas públicas educacionais coesas à formação para o trabalho, estão, de certa forma, atrelada aos interesses mercadológicos, uma vez que assumem uma função instrumental, cujas características, estão respaldadas, nos mais diversos documentos internacionais e nacionais (declarações, orientações, decretos, normativas), nas justificativas da sociedade do conhecimento. Conhecimentos que muitas vezes se traduzem em habilidades e competências que centram em processos de adaptabilidade as exigências das configurações de trabalho. Percebe-se que a educação como mediação de uma saber emancipador que prepara o homens e mulheres – sujeitos jovens e adultos – como partícipes de sua história é preterido por uma formação subordinada aos ditames da sociedade do capital, que de forma ideológica, coloca a educação como produtora da produtividade e do ingresso no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos.** Rio De Janeiro: Lamparina, 2009.

AKKARI, A.. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios.** Vozes. Petrópolis/RJ. 2011.

ANTUNES.. **Os Sentidos do Trabalho – ensaios sobre afirmação e a negação do trabalho.** 4. ed.. Boitempo. Editorial. São Paulo, 2001.

BALL S.J. MAINARDES, J.. **Políticas Educacionais: questões e dilemas.** 1. ed.. Cortez. São Paulo.2011.

CABRAL. A. C. N.. **Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 42, n. 28, p. 7-40, jan./abr. 2012

DALE, R.. *Globalization: A new World for Comparative Education?* In: SCHRIEWER, J. (Org.). **Discourse f Discourse formation in comparative education.** 2nd rev. ed. Frankfurt/M et al.: Lang, p. 87-109, 2003.

DELORS, J.. **Educação: um tesouro a descobrir.** 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: Unesco, 2003.

ERASMUS+. O que é o Erasmus +? Disponível em:< http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/opportunities/individuals/students/studyingabroad_pt >. Acesso em 03 nov. 2018.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica de mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003

HARVEY, D.. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p

LEHER, R.. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza.** 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Acesso em: 26 fev. 2024.

LIBANEO. J. C.. Internacionalização das políticas educacionais: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. In: SILVA. M.A. CUNHA. C. da. **Educação Básica Políticas, avanços e pendências.** Editores Associados. UNB. Brasília/DF. 2014.

MOROSINI, M. C.. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educação em Revista**, no. 28, p.107-124. ISSN 0104-4060, 2006.

MOROSINI, M.. Dossiê: **Internacionalização da educação superior Educação**, vol. 40, núm. 3,

septiembre-diciembre, 2017, pp. 288-292. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

PEREIRA, M. J., Oliveira, A. L.; Kamimura, Q. P.. **Internacionalização da educação como meio de compreensão da diversidade e desenvolvimento regional**. *Latin American Journal of Business Management*, 7(2). Recuperado de <https://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/363>. Acesso: 23 de jun. 2023.

RAMOS. Marise N. **Pedagogia das Competências**. São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS. Marise N. **A Educação Profissional pela Pedagogia das Competências e a superfície dos documentos oficiais**. *Educação e Sociedade*. Campinas, p. 401-422, 2002. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/26357176>> Acesso em 22 de janeiro de 2023.

SANDSTROM, A. M, & HUDSON, R.. **The EAIE Barometer Internationalisation Europe. Second Editon**. EAIE, *European Association for International Education*. Disponível em <<file:///C:/Users/1673381/Downloads/2018-EAIE-Annual-Report.pdf>> Acesso em 03 fev. 2024.

SAVIANI, D.. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobrea construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas/São Paulo. Autores Associados, 2013.

SHIROMA. E.O. EVANGELISTA, O.. **Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada**. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015.

SHIROMA. E.. O.. **Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais**. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 5, e2014425, p. 1-22, 2020.

UNESCO. Relatório Anual da Unesco no Brasil – 2023. **Representação da Unesco no Brasil**. 2023. Disponível em< https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384818_por> Acesso em 03 mar. 2024.

SOBRE AS AUTORAS

Rita de Cássia Rocha

Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2017), Especialista em Impactos da Violência na Escola pela FIO Cruz (RJ) (2019), Especialista em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos pelo CEFET-RN (2007) e Especialização em Didática do Ensino em Geo-História pela (2009), Licenciatura em Geografia pela Universidade Potiguar (2002) e graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1997). Atua como professora da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte e como Pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-Campus Santa Cruz. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Pública em Educação, Gestão, Legislação, Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação.

E-mail: ritarochapedagoga@gmail.com

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1988). Especialização em formação do educador pela mesma universidade. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Professora da Rede Estadual de Ensino do RN (1986-2012). Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006 - 2007). Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação de Pesquisa em financiamento da Educação (FINEDUCA). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente, nos seguintes temas: valorização do magistério, financiamento da educação básica (Fundeb), Financiamento da educação profissional, piso salarial, gestão democrática e Programa de Iniciação à Docência (PIBID).

E-mail: maria.santos@ifrn.edu.br

Lenina Lopes Soares Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil; é Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Potiguar; fez Curso de Aperfeiçoamento em Pesquisa em Educação pelo Espaço Oficina de Ciência e Arte; Mestrado e Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora e Líder do Núcleo de Pesquisa em Educação, Ciência, Tecnologia e Trabalho (Necttra) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Orientação Educacional, Consultoria em Organização de Instituições Educativas e Pesquisa em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, ensino-aprendizagem, organização escolar, mediação pedagógica, políticas educacionais, memória e história.

E-mail: lenina.lopes@ifrn.edu.br

Recebido em: 08/10/2024

Aceito em: 18/10/2024

